



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Registro de preço para aquisição de licença de software VMWare Cloud Foundation, com suporte técnico especializado, para a estruturação de uma nuvem privada no ambiente da ABIN, pelo período de 12 (doze) meses.

1.1. Descrição da Solução de TIC

A solução a ser adquirida deve ser compatível com o conjunto de softwares VMWare já instalado no parque da ABIN e deve permitir realizar o upgrade das atuais licenças VMWare vSphere with Operations Manager (vSOM) para a solução de nuvem privada VMWare Cloud Foundation (VCF).

Para fins de cotação das licenças de upgrade, as licitantes deverão tomar como referência os contratos VMWare 465369333 e 477422704.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QTDE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL (R\$)	COTA
1	1	Upgrade (add-on) do VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador	27464	Un.	12	32	32	48.426,67	1.549.653,44	NÃO
	2	Production Support/Subscription para VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador - 12 meses renováveis	27464	Un.	12	32	32	22.188,00	710.016,00	NÃO
								Total grupo 1:	2.259.669,44	
	3	Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standard for vSphere 7 - Por Instancia - 12 meses renováveis	27464	Un.	1	1	1	11.295,82	11.295,82	NÃO
	4	Serviços de instalação, customização e configuração das	27464	Un.	0	2.000	2.000	658,80	1.317.600,00	NÃO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QTDE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL (R\$)	COTA
		soluções de software (PSO)								

1.2. Classificação dos bens/serviços

1.2.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando. Assim, os bens/serviços objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

1.2.2. A contratação:

1.2.2.1. Atende ao Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois os serviços a serem contratados não se enquadram na lista de vedações apresentadas pelo art. 3º;

1.2.2.2. Enquadra-se nos pressupostos da portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente executados de forma indireta;

1.2.2.3. Os serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação foram contemplados no inciso XXIII do art. 1º da referida Portaria. O parágrafo único, também do art. 1º, estabeleceu ainda que outras atividades que não estejam contempladas na lista apresentada na Portaria poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

1.3. Reserva de cotas

1.3.1. Apesar de estarem separados em itens, é imprescindível que todos os itens sejam fornecidos pelo mesmo licitante. Tal requisito além de ser uma exigência de fornecimento da própria fabricante, facilita a administração da solução por parte da equipe técnica da ABIN, pois no caso de se ter problema com algum dos componentes da solução, que são completamente integrados entre si, a existência de múltiplos fornecedores pode dificultar a resolução do problema, uma vez que as empresas fornecedores poderão se eximir da responsabilidade da solução do problema, apontando a culpa para o componente de software fornecido pela outra empresa.

1.3.2. Assim, dada a forma de comercialização do fabricante e o risco de indisponibilidade da solução de nuvem privada ocasionada pelos múltiplos fornecedores dos componentes, optou-se por não fixar cotas reservadas para ME/EPP nos termos da LC 123/2006, nos termos do Art. 10, inciso II do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.3.3. Aplicabilidade do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática

1.3.4. Não é cabível a aplicação de margem de preferência, nos termos da Lei nº 8.248/1991 e dos Decretos nº 7.174/2010 e 7.546/2011, por se tratarem de bens de origem estrangeira.

2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

Na última década os data centers passaram por uma transformação na forma como são organizados os equipamentos servidores de rede. Onde no passado utilizava-se um servidor de rede para hospedar um ou mais serviços de TI semelhantes, agora utiliza-se a virtualização de servidores para, em um mesmo servidor de rede físico, hospedar inúmeros servidores virtuais. E a ABIN, seguindo a tendência tecnológica, também optou pela implantação de um data center virtualizado e, em 2013, adquiriu a plataforma de virtualização VMWare vSphere.

A virtualização de servidores na ABIN atingiu o objetivo proposto no seu projeto inicial e possibilitou reduzir e otimizar os recursos computacionais existentes. A otimização trazida com a virtualização se reflete no gerenciamento, operacionalização e manutenção dos equipamentos, pois com um número menor de equipamentos houve redução de gastos com licenças, energia, serviços de garantia, tempo gasto na manutenção de servidores e ainda possibilitou economizar e organizar o espaço físico no data center. Atualmente a ABIN conta com 14 (catorze) servidores físicos que hospedam 356 (trezentos e cinquenta e seis) servidores virtuais que suportam aplicações diversas, tais como Ciclo, Athena, Radar, bases de dados de inteligência, soluções de *business intelligence*, entre outras.

Tendo em vista que a solução de virtualização VMWare tornou-se fundamental para o funcionamento dos serviços de TIC da ABIN, é preciso manter a plataforma atualizada, a fim de poder usufruir de novas funcionalidades e se precaver de falhas de segurança e com contrato de manutenção vigente para poder manter o nível de serviço e disponibilidade da solução em casos de problemas em seu funcionamento.

Com o passar dos anos a virtualização deixou de ser uma novidade e passou a ser uma exigência, pois os

benefícios técnicos e econômicos superam a arquitetura antiga em todos os quesitos. Também com o tempo as plataformas de virtualização evoluíram e se transformaram nas soluções de nuvem. Essas soluções se utilizam da plataforma de virtualização de servidores em conjunto com diversas outras ferramentas de automação e monitoramento para prover a estrutura de TI como serviço aos usuários da rede. Assim surgem os termos Infraestrutura como serviço (IaaS), Plataforma como serviço (PaaS), Software como Serviço (SaaS) entre outras.

Nesse sentido, a ABIN tem trabalho para construir sua própria solução de nuvem privada com o objetivo de entregar um catálogo de serviços de TIC mais robusto e acessível aos analistas da Agência. O objetivo final é poder construir uma plataforma de loja online em que os usuários dos serviços de TIC possam construir seu próprio banco de dados, servidor web ou desktop virtual para trabalhar suas necessidades de serviço. Da mesma forma, a solução de nuvem privada prevê o desenvolvimento de aplicações e infraestrutura como código, permitindo ao próprio desenvolvedor de software criar e manter seu servidor de aplicações, sem a necessidade de depender de uma infraestrutura construída previamente.

Como a ABIN já possui parte dos componentes da solução de nuvem privada da VMWare, adquiridos em processos de compra anteriores e ainda que a equipe de manutenção do ambiente de virtualização já possui amplo conhecimento e treinamento nos softwares da plataforma VMWare, optou-se por adquirir não só o suporte da solução existente, mas também o upgrade para a solução de nuvem privada deixando de ter apenas um virtualizador de servidores para uma completa plataforma de virtualização, automação e monitoramento.

2.1. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.1.1. A necessidade elencada:

2.1.2. Atende ao determinado no Art. 10 do Decreto 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências¹;

2.1.3. Está de acordo com as competências do CEPESC descritas no Decreto 10.445, de 30 de julho de 2020;

2.1.4. Está alinhada ao Objetivo Estratégico 03 (OE3 – Aprimorar a capacidade em Inteligência cibernética, segurança da informação e comunicações), listado no Planejamento Institucional 2022 - 2026 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria Nº 491/DG/ABIN/GSI/PR, de 24 de dezembro de 2021, e publicada no Boletim de Serviço Especial Sigiloso nº 81, de 27 de dezembro de 2021;

2.1.5. Está alinhada ao Objetivo Estratégico de TIC 08 (OETIC08 – Prover e manter a infraestrutura de TIC da ABIN), registrado no Planejamento Estratégico de TIC da ABIN (PETIC-ABIN 2017-2021), e publicado no Boletim de Serviço Especial Sigiloso Ano XXII, nº 06, de 14 de janeiro de 2020;

2.1.6. Atende à Ação de TIC: ATIC02 (Modernizar a infraestrutura de Virtualização de servidores e aplicações) registrada no Plano Diretor de TIC (PDTIC-ABIN 2021-2022), publicado no Boletim de Serviço Especial Sigiloso Ano XXIII, nº 45, de 29 de julho de 2021 (IN SGD/ME 1/2019, art. 6º, I); e

2.1.7. Está listada no item 22012 no PAC ABIN 2022 (IN SGD/ME 1/2019, art. 6º, II).

2.1.8. Não há objetivos da Estratégia de Governo Digital (EGD) 2020-2022, instituída pelo Decreto nº 10.332/20, conforme já disposto no PETIC-ABIN 2017/2021, que se alinhe à presente contratação, visto que os objetivos da EGD estão relacionados à transformação digital e não abarcam todas as possibilidades de contratação. Portanto, não há óbice ao prosseguimento do processo (IN SGD/ME 1/2019, art. 6º, III, alterado pelo art. 1º IN SGD/ME 31/2021).

2.1.9. No que se refere à Plataforma de Cidadania Digital, a presente necessidade de contratação não visa à oferta de serviços públicos (IN SGD/ME 1/2019, art. 6º, IV).

2.2. Da relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto

Este processo prevê a manutenção de solução de virtualização de servidores para data center. A ABIN adquiriu, através do contrato 556-2017, 14 servidores do tipo blade que atualmente hospedam todo o ambiente de virtualização.

Adquiriu ainda, através do contrato 549/2016, as licenças do software VMWare que estão em uso, na totalidade de 32 licenças.

Assim, a contratação deve englobar licenças suficientes para que todo o hardware disponível na ABIN possa ser utilizado para suportar a plataforma de virtualização.

Considerando que o licenciamento da solução é feito por processador, deverão ser adquiridas 32 (trinta e duas) licenças para suportar 32 (trinta e dois) processadores.

Também está previsto na contratação um conjunto de créditos de suporte especializado que podem ser convertidos em serviços especializados de planejamento e instalação do ambiente, cursos técnicos especializados e análises de desempenho e melhores práticas do ambiente. Esses créditos serão consumidos e pagos sob demanda.

O quantitativo de 2.000 (dois mil) créditos foi estimado tomando como base a quantidade de créditos necessários para a realização de cursos e para a contratação dos serviços especializados, conforme o item 4 da tabela provida pela própria VMWare.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	1	Upgrade (add-on) do VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador	Un.	32
	2	Production Support/Subscription para VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador - 12 meses renováveis	Un.	32
	3	Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standard for vSphere 7 - Por Instancia - 12 meses renováveis	Un.	1
	4	Serviços de instalação, customização e configuração das soluções de software (PSO)	Un.	2.000

2.3. Do parcelamento ou não da contratação

2.3.1. A contratação envolve a aquisição de múltiplos itens que poderão ser parcelados conforme o agrupamento apresentado na tabela acima. O agrupamento de alguns itens é requisito obrigatório da revenda, pois de acordo com a informação apresentada pelo fabricante, não é possível adquirir um produto sem o seu suporte associado. Com essa premissa, os itens de aquisição foram agrupados junto com os itens de suporte técnico referente ao produto adquirido.

2.4. Da indicação da marca/modelo da solução

2.4.1. A especificação da marca está em conformidade com o inciso I do artigo 15 da lei 8.666/93, já que atende ao princípio da padronização e compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia;

2.4.2. Nesse sentido, a aquisição ou a implantação de outras ferramentas deixaria não apenas o ambiente híbrido, mas também prejudicaria a padronização implementada em todo ambiente de TI. Ocasionalmente, nem todas as funcionalidades atualmente em operação, sobretudo as relacionadas à automação, disponibilidade e segurança da informação, poderiam ser incorporadas, implementadas ou migradas para outras plataformas. Deve-se considerar também que a contratação envolve a atualização tecnológica de produtos que já estão implementados e consolidados no data center da ABIN, no qual a ABIN já investiu na aquisição da solução e em treinamentos para a equipe. Além disso, a equipe de operações tem amplo expertise na administração.

2.4.3. Nota-se ainda que algumas soluções em uso na ABIN possuem compatibilidade exclusiva com as soluções da VMWare, conforme apontado nos itens 5 e 6 do Estudo Técnico Preliminar.

2.4.4. A estabilidade e disponibilidade da infraestrutura de tecnologia da informação obtida através da utilização dos produtos da VMWare possibilitou à ABIN construir um ambiente de TIC confiável ao ponto de oferecer serviços não só para o público interno, mas também para todo o primeiro escalão do governo federal. Alia-se a essa questão a facilidade de gerenciamento da ferramenta e a otimização de consumo dos recursos de hardware disponíveis, superior a de ferramentas concorrentes.

2.4.5. Não obstante, a implantação de outra solução de virtualização acarretaria a necessidade de treinamento dos servidores que administram a solução, indisponibilidade dos serviços de TIC durante a migração da plataforma de virtualização e atrasos na implementação de novos projetos devido ao pouco conhecimento e insegurança na administração de novos produtos que, se feitos de forma errada, podem colocar indisponível todo o parque de TIC da ABIN.

2.4.6. Deve-se destacar, também, que há vários fornecedores das soluções VMWare, o que garante a competição no procedimento licitatório.

2.5. Da permissão de formação de consórcio

2.5.1. A permissão de participação de empresas consorciadas visa permitir a inclusão de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica exigidos pelo instrumento convocatório, com o objetivo de ampliar a competitividade;

2.5.2. Para esta contratação, no entanto, não há motivos que justifiquem a participação de empresas consorciadas, pois se trata de fornecimento de uma solução comumente fornecida no mercado por diferentes fornecedores, sem qualquer

complexidade que justifique cooperação de duas ou mais empresas para sua entrega, ou seja, os itens a serem fornecidos não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas. Além disso, todos os itens devem ser do mesmo fabricante, para garantir a compatibilidade e a integração da solução.

2.6. Da subcontratação da solução

2.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

2.7. Do prazo da vigência do contrato e outros prazos

2.7.1. Em relação ao grupo 1, o prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, renováveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme previsão do art. 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993.

2.7.2. Quanto ao item 3, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, renováveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme previsão do art. 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993.

2.7.3. Para o item 4, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

2.7.4. O suporte técnico da licença de uso de software subscrita e efetivamente implantada, quando houver, vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo da solução.

2.7.4.1. Os softwares cobertos pelo suporte técnico viabilizam diretamente o cumprimento das atividades meio e finalísticas da Instituição, motivo pelo qual devem funcionar ininterruptamente e quando apresentarem defeitos ou falhas de funcionamento, devem ser corrigidos rapidamente, de forma a causar o menor impacto possível nas operações da Agência. Além disso, um contrato de suporte técnico vigente é condição básica para que seja possível aplicar as atualizações corretivas e evolutivas dos componentes de software da solução, sem as quais toda a infraestrutura de virtualização poderá ficar vulnerável a ataques cibernéticos. Portanto, o suporte técnico visa mitigar o risco de indisponibilidade da solução, seja por mau funcionamento ou por problemas decorrentes de falhas de segurança.

2.7.4.2. O prazo de 12 (doze) meses de vigência para o suporte técnico está de acordo com o artigo 57 da lei 8.666/93 e também é o período mínimo comercializado pelo fabricante.

2.8. Do Registro de Preços (RP) e formação de cadastro reserva

2.8.1. Considerando a conveniência de aquisição de bens com previsão de entrega parcelada, prevista no inciso II do Art. 3º do Decreto 7.892/2013, o pregão eletrônico será realizado para Registro de Preços.

2.8.2. As licenças de software previstas neste processo serão instaladas nos servidores de rede que serão adquiridos através do processo de compra 00091.004485/2021-71. Como a solução de software é licenciada de acordo com a quantidade de processadores instalados nos servidores, é preciso registrar licenças de software suficientes para atender o quantitativo máximo de servidores previstos no processo citado.

2.8.3. Conforme justificado no processo de aquisição de servidores, a quantidade de servidores de rede a ser adquiridos varia de acordo com a necessidade de processamento e armazenamento demandada pelos sistemas da ABIN. Uma vez que novos servidores são adquiridos, novas licenças também precisam ser adquiridas para que a ABIN não faça uso irregular dos softwares.

2.8.4. A tabela a seguir detalha os quantitativos previstos para as requisições mínima e máxima.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Requisição Mínima	Requisição Máxima
1	1	Upgrade (add-on) do VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador	12	32
	2	Production Support/Subscription para VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador - 12 meses renováveis	12	32
	3	Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standard for vSphere 7 - Por Instancia - 12 meses renováveis	1	1
	4	Serviços de instalação, customização e configuração das soluções de software (PSO)	0	2.000

2.9. Da qualificação técnica – parcela relevante

2.9.1. Com o intuito de minimizar os riscos da contratação e alcançar os resultados esperados, é imprescindível que o licitante possua capacidade técnica e de fornecimento para executar o objeto da licitação.

2.9.2. A exigência de comprovação de capacidade técnica relacionada ao objeto licitado se dá com fulcro no art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e visa garantir que a licitante já forneceu o serviço e, portanto, possui capacidade técnico-operacional para fornecê-lo adequadamente.

2.10. Da vistoria técnica

2.10.1. Considerando que todas as informações necessárias à composição das propostas para fornecimento dos bens foram detalhadas neste documento, não há necessidade de as licitantes realizarem vistoria técnica no ambiente da CONTRATANTE.

2.11. Da exigência de amostras ou prova de conceito

2.11.1. Não serão exigidas amostras ou prova de conceito. Os produtos a serem adquiridos foram listados incluindo o *part number*, informação que será verificada no momento da aceitação das propostas e etapas de recebimento;

2.11.2. Para aferir a aderência dos produtos ofertados às especificações estabelecidas no Termo de Referência, serão analisadas a proposta e a documentação técnica apresentadas pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

2.12. Da consulta ou audiência pública

2.12.1. Não houve consulta ou audiência pública, pois não se trata de contratação de maior materialidade ou complexidade. No entanto, fabricantes e fornecedores foram consultados previamente sobre as especificações e condições do projeto, para que pudessem se manifestar a respeito das condições estabelecidas, desde que fosse mantido o atendimento das necessidades da ABIN.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. As especificações técnicas dos softwares componentes da solução estão listadas no Anexo (0625293) deste Termo de Referência.

3.2. Requisitos de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC.

3.2.1. A solução deverá:

3.2.1.1. Permitir a atualização tecnológica da solução de virtualização de servidores já empregadas na ABIN de forma que seja possível construir um ambiente de nuvem privada para suportar as aplicações de missão crítica da Agência;

3.2.1.2. Estar em funcionamento a partir da data 30 de março de 2022;

3.2.1.3. Ser capaz de virtualizar servidores com sistema operacional Windows Server 2012, Windows 7, CentOS 6, RedHat 6, Ubuntu 14 ou versões mais recentes destes softwares;

3.2.1.4. Possuir mecanismos de alta disponibilidade a fim de minimizar eventuais paradas devido a manutenção nos sistemas;

3.2.1.5. Possuir módulo de virtualização de rede (rede definida por software) a fim de permitir a microsegmentação de cargas de trabalho de VDI e containers;

3.2.1.6. Prover um catálogo de serviços que permita aos usuários da solução disponibilizar um ambiente virtualizado de forma automatizada a partir de um portal web;

3.2.1.7. Implementar sistema de armazenamento definido por software;

3.2.1.8. Prover ferramenta de monitoramento da saúde do ambiente.

3.2.2. O suporte técnico especializado deve:

3.2.2.1. Garantir o suporte do ambiente crítico de produção de virtualização com suporte oficial do fabricante da solução 24 horas por dia, 7 dias por semana, preferencialmente em português ou eventualmente, em inglês;

3.2.2.2. Prover central de atendimento para abertura de chamado de assistência técnica, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

3.2.2.3. Compreender a manutenção e atualização de software de todos os componentes da solução de forma a deixar o

ambiente em condição normal de funcionamento de acordo com as especificações e padrões do fabricante;

3.2.2.4. Dar acesso à base de conhecimento do fabricante contendo manuais de operação, administração e soluções de problemas;

3.2.3. A solução deverá ser entregue com suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses, a fim de permitir a correta instalação, manutenção e evolução da ferramenta.

3.2.4. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, a ABIN possui outras soluções de software que possuem compatibilidade exclusiva com a solução de virtualização da VMWare e, portanto, não foi possível efetuar a substituição da solução de virtualização. A partir dessa necessidade e considerando que a ABIN está criando seu ambiente de nuvem privada com soluções de automação, monitoramento e correção automática de problemas, a atualização tecnológica da solução de virtualização já instalada se mostrou viável e interessante;

3.2.5. Para a construção da nuvem foram observados critérios de disponibilidade e segurança, os quais exigem a necessidade de implantação de microsegmentação de redes e recursos de alta disponibilidade a fim de evitar eventuais indisponibilidades das soluções;

3.2.6. Os requisitos de compatibilidade com diversos sistemas operacionais levou em consideração todos aqueles que são executados no data center da ABIN e que ainda precisam ser suportados pela solução de virtualização, sem o qual, alguns sistemas críticos poderão deixar de funcionar;

3.2.7. Por fim, a solução de armazenamento definido por software é um requisito de funcionamento dos novos equipamentos que serão adquiridos para suportar o novo ambiente virtual da ABIN.

3.3. **Requisitos de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;**

3.3.1. Não haverá capacitação com aulas teóricas, avaliação, nem lista de frequência para a solução.

3.3.2. A CONTRATADA deverá realizar treinamentos na modalidade *hands-on* para transferência de conhecimentos;

3.3.2.1. O acompanhamento feito pela equipe da CONTRATANTE, na modalidade *hands-on*, tem o objetivo de transferir o conhecimento acerca dos softwares ainda durante a implantação da solução;

3.3.2.2. Todo o processo de instalação e implantação da solução será acompanhado por servidor designado pela ABIN;

3.3.3. A CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização dos recursos;

3.3.3.1. O processo de transferência de conhecimento deve contemplar o software fornecidos pela CONTRATADA e deve seguir o cronograma de instalação e implantação da solução;

3.3.3.2. A ABIN indicará, no mínimo, 2 (dois) técnicos para participar da transferência de conhecimento;

3.3.4. Caso o processo de instrução não seja satisfatório, assim considerado mediante avaliação fundamentada, tanto em relação à qualidade quanto ao conteúdo apresentado, a CONTRATADA deverá realizar novo *hands-on* sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.4. **Requisitos de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos e perfis dos instrutores**

3.4.1. O processo de *hands-on* deve ser conduzido por técnicos qualificados pelo fabricante ou pela CONTRATADA, no local de instalação, no ambiente da CONTRATANTE;

3.4.2. A instrução poderá ser conduzida pela equipe técnica responsável pela instalação e configuração do software ou por outra equipe alocada para este fim, desde que devidamente qualificada;

3.4.3. As despesas com os profissionais, incluindo transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.5. **Requisitos legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade**

Não foram identificadas normas legais aplicáveis especificamente à solução que se pretende contratar. Ressalta-se que tanto a solução de softwares quanto o material necessário para o treinamento são disponibilizados através de sites na internet, não gerando qualquer tipo de resíduo ambiental.

3.6. **Requisitos de manutenção que independem de configuração tecnológica, e que definem a necessidade de**

serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa

- 3.6.1. A CONTRATADA deve prestar serviço de suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- 3.6.2. O suporte técnico, prestado pela CONTRATADA e pelo fabricante, deve contemplar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, além de atualizações de versão e de releases dos softwares, sem qualquer custo adicional;
- 3.6.2.1. A manutenção preventiva consiste na instalação de atualizações e engloba a atualização de versões de software e firmwares, incluindo *upgrades*, *updates* ou *patches* de correção;
- 3.6.2.2. A manutenção preventiva compreende a visita de técnico(s) da CONTRATADA em horários previamente agendados com a CONTRATANTE;
- 3.6.2.3. A CONTRATADA deve manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (*patches*) e vulnerabilidades dos softwares e firmwares, fornecidos nos componentes da solução;
- 3.6.2.4. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pela solução de software;
- 3.6.2.5. As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção das falhas de funcionamento ou de configuração da solução ou para atualização da versão dos softwares;

3.7. Requisitos temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada

- 3.7.1. O Prazo de entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato;
- 3.7.2. O prazo de configuração das soluções de software instaladas é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento dos produtos;

3.8. Requisitos de segurança institucional

- 3.8.1. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ABIN, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

3.9. Requisitos de segurança da informação

- 3.9.1. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

3.10. Requisitos sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente

- 3.10.1. O idioma a ser utilizado na documentação deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês;
- 3.10.2. O idioma a ser utilizado no processo de atendimento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês. No caso do atendimento ser prestado em inglês, deverá ser oferecido um tradutor para acompanhar o chamado;
- 3.10.3. A presente licitação trata de contratação de solução de virtualização, que permite a execução de vários sistemas operacionais e seus respectivos softwares a partir de um número reduzido de máquinas físicas. Como benefícios da virtualização podem ser citados o melhor aproveitamento da infraestrutura existente, a redução no consumo de energia elétrica, diminuição na geração de lixo eletrônico e menor emissão de carbono.
- 3.10.4. O fornecimento das licenças de software deverá ser feito de forma eletrônica, evitando o envio e transporte de mídias;
- 3.10.5. A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as exigências:
- 3.10.5.1. Do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.
- 3.10.5.2. Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.
- 3.10.5.3. Da Portaria nº 170, de 10 de abril de 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia –

INMETRO.

3.10.5.4. Do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

3.11. Requisitos de projeto e implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação

Não se aplica, pois não serão criados ou desenvolvidos produtos ou soluções. A contratação envolve o fornecimento de uma solução completa e funcional, pronta para ser utilizada, dependendo apenas da instalação e configuração no ambiente da CONTRATANTE.

3.12. Requisitos de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção

3.12.1. A CONTRATADA será responsável pela instalação de todos os software que compõe a solução, bem como a configuração inicial para integração dessas ferramentas entre si;

3.12.2. A CONTRATADA deverá instalar e configurar a solução de armazenamento distribuído por software componente da solução de software adquirida;

3.12.3. Todos os componentes de infraestrutura de gerenciamento da solução (softwares, licenças, etc.) deverão ser disponibilizados para download no site do fabricante;

3.12.4. A instalação deve ser feita de modo a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou equipamentos atualmente em operação na ABIN;

3.12.5. A instalação poderá ser efetuada em qualquer dia da semana, inclusive fora do horário comercial, desde que acordado previamente com a CONTRATANTE;

3.12.6. A configuração deverá ser precedida por um documento de planejamento, apresentado pela CONTRATADA, que deverá englobar todos os componentes da solução;

3.12.7. No planejamento deverão constar as etapas da implantação e os detalhes técnicos da solução, além da definição do escopo de trabalho contendo as atividades de implantação com seus respectivos responsáveis.

3.12.8. No planejamento entregue deve constar, no mínimo, a arquitetura da solução, com o detalhamento de todos os componentes de hardware e software, além da descrição do papel de cada um deles individualmente no contexto da solução como um todo;

3.12.9. A configuração da solução deve seguir as práticas de segurança da informação utilizadas na ABIN, além das melhores práticas recomendadas pelo fabricante;

3.12.10. Ao final da implantação da solução deverão ser realizados testes de funcionamento do ambiente;

3.12.11. Deverá ser entregue documentação do tipo *as built* contendo todos os passos e configurações necessárias para reproduzir a instalação da solução.

3.13. Requisitos de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência

3.13.1. Os profissionais escalados para intervir no ambiente da CONTRATANTE deverão ter participado de atividade semelhante, de instalação ou configuração envolvendo os produtos adquiridos;

3.13.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração, podendo ser fornecida pelo fabricante, de que o profissional já participou de atividade de instalação ou configuração dos produtos fornecidos ou foi treinado para isso.

3.14. Requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de Tecnologia da Informação, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação

3.14.1. Toda e qualquer intervenção no ambiente da CONTRATANTE deve ser realizada por profissionais comprovadamente qualificados pelo fabricante da solução ou pela CONTRATADA;

3.14.2. O técnico da contratada que realizará a implantação da solução na ABIN deverá possuir a certificação ou treinamentos VMWare Data center Virtualization e VMWare Network Virtualization;

3.14.3. A comprovação se dará na reunião de kickoff e deve ser feita através da apresentação de certificados de capacitação emitidos em nome do profissional ou certificados de treinamento de configuração e manutenção da solução.

3.15. Requisitos de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas

3.15.1. Para o suporte técnico especializado a CONTRATADA ou o fabricante deverão disponibilizar central de atendimento para abertura de chamado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

3.15.2. Os chamados poderão ser abertos através de telefone, email ou página web mantida pela CONTRATADA ou pelo fabricante do software;

3.15.3. Para os casos críticos, o atendimento do suporte técnico deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

3.15.4. Deve ser disponibilizado pela CONTRATADA sistema WEB online que permita a geração de relatórios de chamados;

3.15.5. Os relatórios deverão apresentar, pelo menos, a identificação do chamado, o status (aberto, fechado ou suspenso), data e hora de abertura do chamado, tempo de atendimento, tempo de resolução, identificação dos componentes que apresentaram defeito e procedimentos executados para correção do problema, bem como outras anotações pertinentes.

3.15.6. As pesquisas deverão ser disponibilizadas através da identificação do chamado (ordem de serviço, por exemplo);

3.15.7. É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento deste item, bem como para o cumprimento dos níveis de serviço determinados neste instrumento;

3.15.8. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do serviço até o encerramento do atendimento;

3.15.9. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;

3.15.10. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do serviço;

3.15.11. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído.

3.16. Requisitos de metodologia de trabalho

3.16.1. Por se tratar de aquisição de licenças de software, estes deverão ser fornecidos na modalidade digital, via *download*, em quantidades e unidades de acordo com o quantitativo estabelecido no contrato ou na ordem de fornecimento de bens e nota de empenho;

3.16.2. Os softwares e licenças deverão estar disponíveis para *download* em até 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato;

3.16.3. O suporte técnico do fabricante deverá estar cadastrado e constar como ativo e válido no site do fabricante com o prazo de validade especificado no objeto;

3.16.4. Para o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal eletrônica a Agência Brasileira de Inteligência;

3.16.5. A instalação dos softwares componentes da solução bem como a configuração inicial será realizada pela CONTRATADA;

3.16.6. Para a instalação dos software a CONTRATADA deverá alocar profissional com conhecimento e experiência na administração dos softwares componentes da solução;

3.16.7. A instalação dos softwares deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, de forma presencial, na Agência Brasileira de Inteligência, situada em Brasília/DF. Eventualmente poderão ser realizados trabalhos fora do horário comercial e em fins de semana afim de evitar interrupções nos serviços de TIC;

3.16.8. Previamente à instalação deverá ser entregue o planejamento da execução do serviço bem como os componentes e interação entres eles e entre outros componentes de software e infraestrutura que se fizeram necessários;

3.16.9. O planejamento dos serviços de instalação deve resultar num documento de escopo de trabalho. Neste documento devem constar o objetivo do projeto, as atividades que serão realizadas, os prazos estimados para cada atividade, as diretrizes dos serviços que serão realizados, os locais de execução, as informações necessárias, os padrões que serão aplicados, o nome do(s) gerente(s) de projetos responsável e do(s) técnico(s) responsável(is) pela execução da instalação e configuração da solução.

3.16.10. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas técnicas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas;

3.17. Requisitos de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces

3.17.1. A solução de nuvem privada deverá entregar um conjunto de softwares que permita virtualizar a infraestrutura de processamento, armazenamento e conectividade de um data center. Adicionalmente, a solução deve conter recursos tecnológicos que permita monitorar a saúde do ambiente de TI e a automação de tarefas complexas em um ambiente de data center virtualizado;

3.17.2. A plataforma de virtualização deve ser capaz de virtualizar servidores com sistema operacional Windows Server 2012, Windows 7, CentOS 6, RedHat 6, Ubuntu 14 ou versões mais recentes destes softwares;

3.17.3. Deve ser compatível com autenticação o serviço de diretórios Microsoft Active Directory;

3.17.4. Todas as licenças e software necessários para o correto funcionamento da solução de nuvem privada deverão ser fornecidos pela CONTRATADA e deverão ser cedidos à CONTRATANTE durante toda a vigência contratual;

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1. DA CONTRATANTE

4.1.1. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme o disposto no art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019;

4.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos Arts. 18 e 32 da IN SGD/ME Nº 1/2019, quando for o caso;

4.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

4.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços (ARP), quando aplicável;

4.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

4.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de TIC;

4.1.7. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;

4.1.8. Prever, quando for o caso, que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer;

4.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.10. Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução do contrato, observadas as Normas de Segurança Corporativa vigentes;

4.1.11. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;

4.1.12. Permitir o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega/execução, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

4.1.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta contratação;

4.1.14. Impedir que terceiros executem os procedimentos de suporte técnico dos softwares fornecidos;

4.1.15. Não revelar, copiar, duplicar, reproduzir, autorizar ou permitir a utilização por terceiros dos softwares licenciados para o seu uso;

4.1.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2. DA CONTRATADA

4.2.1. Indicar formalmente um preposto que representará a CONTRATADA, sendo responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e

responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

4.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

4.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

4.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

4.2.5. A contratada deverá manter, em seu quadro permanente, durante todo o período de vigência do contrato, profissional com a certificação VMWare Data center Virtualization e VMWare Network Virtualization, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por meio de contrato ou estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou o prestador de serviços com contrato escrito, firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

4.2.6. A contratada comprovará a capacitação do profissional na reunião inicial a ser convocada pelo gestor do contrato (art. 31, inciso I, da IN SGD/ME n.º 01/2019), por meio da apresentação de certificado(s) de conclusão de curso(s), emitido(s) pelo(s) fabricante(s) da(s) solução (ões), com foco na instalação, configuração e administração do(s) produto(s) ofertado(s).

4.2.7. Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TIC;

4.2.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC durante a execução do contrato;

4.2.9. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração;

4.2.10. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.2.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2.12. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.2.13. A CONTRATADA e seus prepostos, que participarem da execução desta relação contratual, se obrigam a guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo assinar um Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência;

4.2.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de eventuais imprevistos relacionados à execução do contrato;

4.2.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;

4.2.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

4.2.17. Responsabilizar-se pelo imediato atendimento a eventual solicitação da ABIN, no sentido de fornecer prontamente quaisquer informações e documentos relativos às atividades da empresa;

4.2.18. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

4.2.19. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

4.2.20. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

4.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.2.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da

licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da lei 8.666.

4.3. Do órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços

- 4.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 4.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 4.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 4.3.3.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível;
 - 4.3.3.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
- 4.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da Solução de TIC, observando, entre outros:
 - 4.3.4.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC;
 - 4.3.4.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada
 - 4.3.4.3. As regras para fornecimento da Solução de TIC aos órgãos não participantes, desde que previsto no instrumento convocatório, cujo fornecimento não poderá prejudicar os compromissos já assumidos e as futuras contratações dos órgãos participantes do registro de preços;
 - 4.3.4.4. As regras para a substituição da Solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, observado o disposto no inciso III, alínea “c”, item 2 do artigo 17 da IN SGD/ME Nº 1/2019, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega

- 5.1.1. O Prazo de entrega dos componentes de software da solução será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da Ordem de Fornecimento de Bens;
- 5.1.2. Os softwares e licenças deverão estar disponíveis para *download* no site do fabricante;
- 5.1.3. A instalação dos softwares deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, de forma presencial, na Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1 - Asa Sul, CEP:70610-905 em Brasília/DF;
- 5.1.4. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;
- 5.1.5. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação.
- 5.1.6. O prazo da vigência do suporte técnico será de 12 meses contados a partir do recebimento definitivo da solução.
- 5.1.7. O prazo da vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme art. 57, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993

5.2. Documentação mínima exigida

- 5.2.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência (*datasheets*) contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;
- 5.2.2. Deverá ser franqueado o acesso à base de conhecimentos do fabricante para fins de consulta a manuais e resolução de problemas, enquanto estiver vigente o período de suporte técnico;
- 5.2.3. A CONTRATADA deve fornecer:
 - 5.2.4. Desenho lógico da implantação, comentários e configurações executadas. Deverá conter também todas as configurações executadas em softwares e equipamentos de terceiros, quando for o caso;
 - 5.2.4.1. Documento de planejamento detalhando todos os componentes da solução, incluindo equipamentos e softwares, além dos detalhes técnicos da solução e do escopo de trabalho, contendo:
 - 5.2.4.2. A arquitetura da solução, detalhando todos os componentes de hardware e software, além da descrição do papel de cada um deles individualmente no contexto da solução como um todo;
 - 5.2.4.3. Diagrama de interconexão dos equipamentos (infraestrutura lógica) incluindo portas (sockets) de comunicação entre os componentes da solução;

5.2.4.4. Um diagrama de implantação, detalhando todos os componentes fornecidos pela CONTRATADA que fazem parte da solução, além de todas as conexões lógicas entre os esses componentes;

5.2.5. Ao término dos serviços deve ser criado um relatório detalhado contendo todos os itens configurados no projeto (relatório *as-built*), etapas de execução e toda informação pertinente para posterior consulta e manutenção da solução, tais como usuários e endereços de acesso, ajustes realizados e o resumo das configurações dos equipamentos. Este relatório deve ser enviado pela CONTRATADA à CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a finalização da implantação da solução;

5.2.6. O relatório deve permitir ao leitor reinstalar e reconfigurar a solução como se fosse a primeira instalação e, portanto, deve contemplar o desenho lógico da implantação, comentários e configurações executadas. Deverá conter também todas as configurações executadas em equipamentos de terceiros, quando for o caso.

5.3. **Papeis e responsabilidades da contratante e contratada na execução contratual**

5.3.1. Preposto - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

5.3.2. Fiscal técnico do contrato - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:

5.3.2.1. Confeção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;

5.3.2.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;

5.3.2.3. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;

5.3.2.4. Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.3.3. Fiscal administrativo do contrato - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:

5.3.3.1. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;

5.3.3.2. Verificação de aderência aos termos contratuais;

5.3.3.3. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

5.3.4. Fiscal requisitante do contrato - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:

5.3.4.1. Confeção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;

5.3.4.2. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

5.3.5. Gestor do contrato - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:

5.3.5.1. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;

5.3.5.2. Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;

5.3.5.3. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;

5.3.5.4. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;

5.3.5.5. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;

5.3.5.6. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.

5.4. **Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos**

5.4.1. As licenças de software previstas neste processo serão instaladas nos servidores de rede que serão adquiridos através do processo de compra 00091.004485/2021-71. Como a solução de software é licenciada de acordo com a quantidade de processadores instalados nos servidores, é preciso registrar licenças de software suficientes para atender o quantitativo máximo de servidores previstos no processo citado;

5.4.2. Conforme justificado no processo de aquisição de servidores, a quantidade de servidores de rede a ser adquiridos

varia de acordo com a necessidade de processamento e armazenamento demandada pelos sistemas da ABIN. Uma vez que novos servidores são adquiridos, novas licenças também precisam ser adquiridas para que a ABIN não faça uso irregular dos softwares;

5.4.3. Considerando que a ABIN possui atualmente 32 (trinta e duas) licenças e que na aquisição de novos servidores está prevista a redução da quantidade de processadores, o processo de compra prevê um quantitativo mínimo de licenças necessários para atender a configuração do ambiente contemplando apenas os novos servidores e, no quantitativo máximo, licenças suficientes para manter o conjunto de servidores atual funcionando;

5.4.4. Por fim, o processo também contempla a contratação de até 2.000 (duas mil) horas de consultoria, a ser utilizada sob demanda, para eventuais cursos e serviços especializados necessários para adequação do ambiente computacional.

5.4.5. A tabela a seguir detalha os quantitativos previstos para as requisições mínima e máxima:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Requisição Mínima	Requisição Máxima
1	1	Upgrade (add-on) do VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador	12	32
	2	Production Support/Subscription para VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador - 12 meses renováveis	12	32
	3	Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standard for vSphere 7 - Por Instancia - 12 meses renováveis	1	1
	4	Serviços de instalação, customização e configuração das soluções de software (PSO)	0	2.000

5.5. Mecanismos formais de comunicação

5.5.1. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;

5.5.2. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ABIN todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, portal na Internet (site), Ordem de serviço ou de Fornecimento de Bens, ofício, carta, telefone, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;

5.5.3. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

5.6. Forma de pagamento

5.6.1. A contratação prevê a aquisição de licenças, contratação do serviço de suporte técnico especializado e contratação de horas de consultoria;

5.6.2. O pagamento dos itens referentes a aquisição e upgrade de licenças bem como do suporte técnico especializado será efetuado em parcela única após o aceite definitivo da solução e ativação das licenças de software, conforme Acórdão TCU 2569/2018 Plenário

"É vedado o pagamento à vista por licenças de software ainda não ativadas, uma vez que o momento da entrega definitiva nesse tipo de aquisição é o da ativação da licença. Normas de direito financeiro afetas à Administração Pública (arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964) impõem que a liquidação das despesas seja realizada por ocasião da entrega definitiva do bem ou da realização do serviço."

5.6.3. O item referente aos serviços de consultoria sob demanda serão pagos em parcela única mediante apresentação de nota fiscal ou fatura do serviço executado;

5.6.4. O pagamento estará condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo da solução;

5.6.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme disposto neste Termo de Referência;

5.6.6. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.6.6.1. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita anota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

- 5.6.6.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada;
- 5.6.6.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.6.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.6.7.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 5.6.7.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 5.6.7.3. O prazo de validade;
- 5.6.7.4. A data da emissão;
- 5.6.7.5. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.6.7.6. O período de prestação dos serviços;
- 5.6.7.7. O valor a pagar; e
- 5.6.7.8. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.6.8. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.6.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.6.10. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 5.6.10.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.6.10.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 5.6.10.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 5.6.10.4. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- 5.6.10.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 5.6.10.6. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 5.6.10.7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF;
- 5.6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 5.6.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006,

não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

5.6.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

5.6.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.6.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Da exigência de garantia de execução contratual

5.7.1. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento;

5.7.2. O elevado valor da contratação é um dos motivos que levam à exigência da Garantia Contratual neste processo. É prudente que o valor da garantia esteja à disposição caso a empresa não cumpra as obrigações estabelecidos no contrato. Ou seja, a garantia contratual pode ser utilizada para quitar possíveis prejuízos causados pela CONTRATADA à ABIN durante a vigência do contrato;

5.7.3. O valor da garantia será calculado somente sobre os itens referentes a contratação do suporte técnico especializado pelo período de 12 meses, visto que o pagamento destes itens será realizado em parcela única na entrega do bem;

5.7.4. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

5.7.5. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.7.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.7.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

5.7.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5.7.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.7.9.1. a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.7.9.2. b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

5.7.9.3. c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

- 5.7.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 5.7.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 5.7.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 5.7.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 5.7.14. A fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2784/2019 – TCU - Plenário, Acórdão nº 2467/2017 – TCU – Plenário).
- 5.7.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 5.7.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 5.7.17. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 5.7.18. Será considerada extinta a garantia:
- 5.7.18.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 5.7.18.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 5.7.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 5.7.20. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

5.8. **Forma de transferência de conhecimentos**

- 5.8.1. A transferência de conhecimentos será realizada através de hands-on, em que a CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização, ainda durante a implantação da solução;
- 5.8.2. O processo de transferência de conhecimento deve contemplar os softwares fornecidos pela CONTRATADA, de modo que os técnicos da CONTRATANTE sejam capazes de operar todos os componentes da solução;

Não haverá transferência de conhecimento, pois os itens a serem adquiridos são equivalentes aos já existentes e em uso da ABIN.

5.9. **Atividades de transição contratual e de encerramento do contrato**

Não haverá transição contratual, uma vez que se trata de fornecimento de software.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. **Critérios de aceitação**

6.1.1. **Para o recebimento dos bens:**

- 6.1.1.1. Todos os componentes da solução deverão ser compatíveis entre si e estarem integrados sendo possível a ABIN utilizar todas as funcionalidades disponíveis na solução;
- 6.1.1.2. A CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização no site do fabricante da solução o inventário de todos itens de Licenças e Serviços de Suporte contratados, com os respectivos prazos de suporte, vinculados à conta específica da CONTRATANTE;
- 6.1.1.3. Será aferido se a solução atende às exigências estabelecidas no item 3.16 do TR – “Requisitos de Arquitetura

Tecnológica”.

6.1.2. Para o Suporte Técnico

6.1.2.1. Para o suporte técnico, os chamados abertos serão classificados de acordo com sua severidade e deverão ser atendidos conforme a tabela a seguir na Sede da ABIN ou, eventualmente, via acesso remoto:

Severidade	Descrição	Tempo de atendimento ao chamado	Tempo de solução do chamado
1.	Crítica – um problema ou erro de configuração impede a utilização da solução Ex.: Falha em mais de um servidor de virtualização que impeça o funcionamento das máquinas e serviços virtuais	- Até 2h (duas horas) corridas após a abertura do chamado	- Até 6h (seis horas) corridas após a abertura do chamado
		Tempo de atendimento ao chamado	
2.	Alta – um problema impede o funcionamento de algumas funcionalidades da solução.	- Até 4h (quatro horas) úteis após a abertura do chamado	
3.	Baixa – a solução apresenta um problema que não impacta o funcionamento da solução como um todo	- Até 8h (oito horas) úteis após a abertura do chamado	

Prazos de atendimento dos chamados de acordo com a severidade

6.1.2.2. A lista de exemplos é meramente exemplificativa e todos os chamados serão classificados;

6.1.2.3. O “Tempo de atendimento ao chamado” é o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela ABIN e o horário em que o técnico da contratada entra em contato com os técnicos da ABIN para dar início a resolução do problema;

6.1.2.4. O “Tempo de solução do chamado” é o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela ABIN e o horário de solução do problema relatado, deixando a solução em condições normais de operação;

6.1.2.5. Entende-se por “solução do problema” a identificação e adoção de medidas corretivas implementadas para sanar o problema que originou a abertura do chamado;

6.1.2.6. A solução do problema deve ser seguida pelo “Fechamento do Chamado”, com a descrição da solução adotada, data e hora da solução do problema, bem como a identificação dos componentes substituídos, quando for o caso;

6.1.2.7. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do atendimento até o seu encerramento;

6.1.2.8. A CONTRATADA deverá notificar oficialmente a conclusão do atendimento no momento do fechamento de cada chamado;

6.1.2.9. As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação dos serviços prestados aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação;

6.1.2.10. Em caso de encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido;

6.1.2.11. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do atendimento;

6.1.2.12. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído;

6.1.2.13. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades;

6.1.2.14. Não está prevista a alocação de técnico residente, devendo a CONTRATADA ater-se ao cumprimento dos prazos

estabelecidos no Edital e providenciar a alocação do técnico sob demanda, sempre que o chamado ensinar a sua presença nas dependências da CONTRATANTE;

6.1.2.15. Os funcionários da CONTRATADA que estejam prestando os serviços objeto desta contratação nas dependências da CONTRATANTE, deverão utilizar os recursos de impressão exclusivamente para fins de testes e manutenção;

6.2. **Procedimentos de teste e inspeção**

Não se aplica. Como nenhum produto será desenvolvido ou projetado ao longo do contrato, não serão necessários testes e inspeções ao longo da execução do contrato. O objeto da contratação será recebido após as inspeções realizadas e vinculadas ao Recebimento Definitivo, que atesta que a solução fornecida atende às especificações;

6.3. **Metodologia, formas de avaliação da qualidade e da adequação da solução de TIC**

6.3.1. Após a assinatura do Contrato, o Gestor do contrato deve convocar a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Na Reunião Inicial:

6.3.1.1. O representante legal da contratada deverá apresentar o Preposto;

6.3.1.2. A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

6.3.2. Após a reunião inicial, o Gestor do Contrato encaminhará formalmente as Ordens de Serviço (OS) ou Ordens de Fornecimento de Bens (OFB), quando aplicáveis, ao Preposto da contratada, conforme cronograma de implantação elaborado pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE;

6.3.3. Para os itens de software e suporte técnico serão verificados a disponibilidade e associação das licenças junto a conta da ABIN no site do fabricante. Serão avaliados os *part numbers* dos itens e a validade do suporte;

6.3.4. Para as horas de consultoria serão emitidas Ordens de Serviço individuais com o escopo total da tarefa prevista;

6.3.5. Após a conclusão da OS ou entrega dos bens, a contratada deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE a entrega dos produtos ou conclusão da execução dos serviços da OS;

6.4. **Recebimento do objeto**

6.4.1. Todas as despesas para a correta execução do objeto, tais como fretes, seguros, impostos, deslocamentos, transportes, cargas e descargas e outros, desde a origem até sua entrega no local serão de responsabilidade da CONTRATADA;

6.4.2. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, antecipadamente, a data e horário da entrega. Não serão aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

6.4.3. Por ocasião da entrega da solução, os equipamentos serão submetidos a verificação quantitativa e inspeção visual das condições de fornecimento com vistas ao recebimento provisório para posterior análise de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e com a proposta da CONTRATADA;

6.4.4. A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade do material fornecido;

6.4.5. O objeto será recebido PROVISORIAMENTE, em até 15 (quinze) dias, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes para efeito de verificação da conformidade, qualidade e desempenho de acordo com as especificações constantes do Edital e da proposta comercial.

6.4.5.1. O recebimento PROVISÓRIO será conduzido por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente de, no mínimo, 3 (três) membros quando se tratar de materiais de valor superior a R\$ 176.000 (cento e setenta e seis mil reais);

6.4.6. O objeto será recebido definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias após o Recebimento Provisório, no qual será verificada a adequação do objeto aos termos contratuais;

6.4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.4.7. O Recebimento DEFINITIVO dos bens estará condicionado à verificação do cumprimento das seguintes obrigações:

6.4.7.1. Atendimento das especificações descritas no Edital, através da conferência dos itens de software;

6.4.7.2. O Recebido Definitivo está condicionado à ativação das licenças de software e contratação do suporte técnico junto ao fabricante, com o prazo de validade fixado;

6.4.7.3. Transferência da propriedade do equipamento para a Agência Brasileira de Inteligência, quando for o caso;

6.4.7.4. O cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens.

6.4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos

resultantes da incorreta execução do contrato;

6.4.9. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para a ABIN, se entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Contrato ou na sua proposta;

6.4.9.1. Caso seja verificada alguma inconformidade na aceitação inicial do objeto, a contratante informará à contratada os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) bem(ns) para correção. A contratada será notificada com o respectivo, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto, ficando sujeita às penalidades previstas no edital ou no contrato;

6.4.10. À contratada caberá sanar as irregularidades identificadas na entrega dos bens ou substituir as parcelas do objeto em desacordo com o edital no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da rejeição, arcando com todos os custos para recolhimento e entrega de novos bens, sem prejuízo das sanções contratuais.

6.5. **Inspeções e diligências**

6.5.1. A CONTRATANTE poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes e as contratadas a prestar todos os esclarecimentos necessários;

6.5.2. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial do fabricante ou da Contratada que esclareça um fato, comprove uma especificação ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA.

6.6. **Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato**

6.6.1. Conforme previsto no §2º do Art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a equipe de planejamento da contratação poderá ser indicada para a fiscalização do contrato;

6.6.2. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

6.6.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.6.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. **Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

6.7.1. Quanto a prestação do suporte técnico especializado ou serviço contrato em horas de consultoria, a CONTRATADA estará sujeita à retenção do pagamento ou glosa no pagamento efetuado correspondente à parcela inadimplida quando:

6.7.1.1. Não atender aos itens descritos nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados, deixar de executar as atividades contratadas; ou não cumprir os prazos determinados para atendimento dos chamados de suporte técnico; ou

6.7.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.8. **Das sanções administrativas**

6.8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

6.8.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

6.8.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.8.1.3. fraudar na execução do contrato;

6.8.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

6.8.1.5. cometer fraude fiscal.

6.8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

6.8.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves,

assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

6.8.2.2. Multa de:

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

6.8.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

6.8.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

6.8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.8.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

6.8.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

6.8.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 6.8.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 6.8.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 6.8.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

6.8.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.8.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

6.8.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

6.8.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

6.8.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

6.8.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.8.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

6.8.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.8.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

6.8.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.9. **Alteração Subjetiva**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**

Para realizar a estimativa de preços foi observada a Instrução Normativa SEDG/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020 obedecendo a preferência da pesquisa pelo Painel de Preço. Também foram realizadas consultas ao Catálogo de Soluções de TIC do Ministério da Economia e ainda consulta com fornecedores da solução.

Cabe ressaltar que ainda que o processo preveja a aquisição de licenças de um produto específico, há no mercado dezenas de empresas que representam o fabricante e são aptas a comercializar seus produtos.

Assim, a pesquisa tomou como base os valores do Painel de Preços e os acordos vigentes no Catálogo de Soluções de TIC do Ministério da Economia, e ainda as propostas de empresas parceiras, tendo como objetivo verificar se os preços praticados no mercado ainda estão condizentes com os de contratações anteriores realizadas pela Administração Pública Federal.

Nota-se ainda que no últimos dois anos houve um aumento significativo no valor da cotação do Dólar, moeda referência para aquisição de produtos de informática e que os contratos de renovação de licenças junto ao fabricante possuem condições peculiares para cada cliente que podem impactar diretamente o valor final da licenças comercializada.

Desta forma, a pesquisa de preços foi realizada e consta no Relatório de Pesquisa de Preços (0625187), sendo o resultado apresentado na tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade	Valor médio Unitário (R\$)	Valor Médio Total (R\$)
1	1	Upgrade (add-on) do VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador	12	48.426,67	1.549.653,44

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade	Valor médio Unitário (R\$)	Valor Médio Total (R\$)
	2	Production Support/Subscription para VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack - Por Processador - 12 meses renováveis	12	22.188,00	710.016,00
	3	Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standard for vSphere 7 - Por Instancia - 12 meses renováveis	1	11.295,82	11.295,82
	4	Serviços de instalação, customização e configuração das soluções de software (PSO)	0	658,80	1.317.600,00
				Total:	3.588.565,26

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Estimativa de impacto econômico-financeiro no orçamento

Estima-se que a presente contratação seja realizada pelo valor aproximado de R\$ 3.588.565,26 (três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Os recursos financeiros para esta contratação são provenientes da fonte de recursos 0100

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

As licenças de software bem como as subscrições de suporte adquiridas deverão se entregues em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens. O pagamento será efetuado em parcela única e está condicionado ao Recebimento Definitivo do objeto. Assim, não há necessidade de definição de um cronograma físico-financeiro.

O item referente às horas de consultoria serão pagos em parcela única mediante apresentação de nota fiscal ou fatura do serviço executado.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Regime de execução do contrato ou forma de execução

O regime de execução será de empreitada por preço unitário e por grupo;

10.2. Reajuste

10.2.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

10.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

10.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

10.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

10.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

10.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

10.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

10.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.3. Critério de seleção

10.3.1. Devido à padronização existente no mercado, os itens de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando, dessa forma, caracterizados como bens

comuns;

10.3.2. Considerando que os produtos pretendidos são classificados como bens e serviços comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e conforme previsto no Inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e no parágrafo único do art. 25 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a contratação será realizada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo “menor preço por item”.

10.4. Critério de aceitabilidade de preços

10.4.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

10.4.2. Valor Global R\$ 3.588.565,26 (três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

10.4.3. Valor Global para o grupo 1 R\$ 2.259.669,44 (dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

10.4.4. Valores unitários: valor unitário máximo aceitável de cada item, conforme a tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
Upgrade (add-on) do VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack	32	48.426,67	1.549.653,44
Production Support/Subscription para VMware vSphere 7 com VMware NSX para VMware Cloud Foundation Advanced Stack	32	22.188,00	710.016,00
Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standard for vSphere 7	1	11.295,82	11.295,82
Serviços de instalação, customização e configuração das soluções de software (PSO)	2.000	658,80	1.317.600,00

10.5. Critérios de Julgamento das Propostas

10.5.1. Por ocasião da apresentação da proposta comercial com a descrição do item proposto, na fase de habilitação, a licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar descrição do objeto ofertado, que deve ser caracterizado de maneira inequívoca;

10.5.2. Conforme determinado no item 1.7 do Anexo "Diretrizes específicas de planejamento da contratação" para contratação de licenciamento de softwares e serviços agregados, as empresas licitantes devem apresentar, juntamente com a respectiva proposta, declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5.3. Para identificação do produto ofertado serão aceitos catálogos, *datasheets*, manuais, páginas da web, brochuras ou outra documentação oficial onde se possa de maneira inequívoca identificar o produto ofertado. A comprovação e suas referidas documentações poderão ser fornecidas em mídia eletrônica;

10.6. Critérios para análise das amostras ou da prova de conceito

Não se aplica, pois não serão exigidas amostras ou prova de conceito.

10.7. Requisitos de qualificação técnica

10.7.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos licitantes serão:

10.7.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item ou grupo pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.7.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a bens e serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) **Para o grupo 1:** fornecimento anterior de, no mínimo, 16 (dezesesseis) licenças de uso de software VMWare vCenter, VMWare ESXi ou VMWare NSX, com a execução do respectivo serviço agregado de suporte técnico;

b) **Para o item 3:** execução anterior de serviços de suporte técnico para licença de uso de software VMWare vCenter, por, no mínimo, 12 (doze) meses, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da INSEGES/MP n. 5/2017.

c) **Para o item 4:** execução anterior de serviços de instalação, customização e configuração das soluções de software VMWare vCenter, VMWare ESXi ou VMWare NSX.

10.7.1.3. Os atestados deverão referir-se ao fornecimento e serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.7.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

10.7.1.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.7.1.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de bens ou serviços exigidos, a apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.7.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

ASSINATURA

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12, § 6º

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 12º e no art. 26º da IN SGD/ME 1/2019, encaminhamos o Termo de Referência/Projeto Básico ao Departamento de Administração e Logística para continuidade do procedimento licitatório.

Equipe de planejamento da contratação.

Integrante	Integrante	Integrante	Diretor do CEPESC
Requisitante	Técnico	Administrativo	

Certifico que este Termo de Referência/Projeto Básico foi elaborado a partir de um modelo de documento instituído pela ABIN, compatível com os modelos divulgados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

Alexandre de Oliveira Pasiani
Diretor do CEPESC

Documento assinado eletronicamente

ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sediada em Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 2, Bloco A, Brasília – DF, CEP: 70610-905, CNPJ n.º 01.175.497/0001-41, doravante denominado contratante, e, de outro lado, a Empresa _____, com sede na _____, _____ / _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º _____/20____/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da contratante;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO

PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e
- VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, _____ de _____ de 20__.

De acordo

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome

Diretor(a) de Administração e Logística – ABIN

Nome

Cargo

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

Nome

Qualificação

Nome

Qualificação

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO**Contrato N°:** __/20__/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR**Objeto:** Aquisição de _____**Contratante (Órgão):** Agência Brasileira de Inteligência - ABIN**Contratada:** Empresa _____**CNPJ:** _____**Preposto da Contratada:** _____**CPF:** _____

Por este instrumento, os empregados signatários declaram ter ciência e conhecimento do **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo**, cuja inobservância acarretará eventualmente sanção nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos da legislação correlata em vigor.

Brasília, __ de _____ de 20__.

Ciência**Empregados da contratada**_____
Nome do empregado_____
Nome do empregado

ANEXO III - TERMO DE GARANTIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, compromete-se a prestar garantia técnica, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo do lote de produção de dispositivos criptográficos para a Agência Brasileira de Inteligência, nos seguintes termos e condições:

1. O presente termo se refere ao lote nº _____/2018, com _____ unidades identificadas de _____ a _____, constante da Nota Fiscal nº _____/2019 e rege-se pelo disposto nos artigos 69 e 73, § 2º da Lei 8.666/93, artigo 50, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, bem como pelas regras do Processo nº ____/2019 e Contrato nº ____/2019;
2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, os dispositivos que apresentarem defeito insanável em intervenção de manutenção ou atendimento de suporte técnico, em até 30 (trinta) dias após a comunicação do defeito;
3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, em até 30 (trinta) dias após a comunicação, os dispositivos que apresentarem 2 (duas) ou mais intervenções de manutenção ou atendimento de suporte técnico em um período de 60 (sessenta) dias.
4. Na reposição de qualquer dispositivo, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica componentes de produção do dispositivo, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro que atenda as especificações exigidas no Projeto Executivo e submetê-lo a homologação da ABIN;
5. Os procedimentos cobertos pela garantia descritos acima incluem mão de obra, peças e componentes e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, transportes e seguros também se aplicam, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
6. O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima deverá ser realizado, em no máximo 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do comunicado formal;
7. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação e materiais e componentes empregados na produção dos dispositivos;
8. Todos os itens substitutos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação daqueles originalmente entregues;
9. O descumprimento das regras constantes neste Termo de Garantia sujeitará a responsável às penalidades legais e contratuais previstas.

Brasília-DF, 29 de de julho de 2022.

Integrante Administrativo

Integrante Requisitante

Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações
Diretor